



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05-05-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Estão abertos os trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Com a presença dos Vereadores Celso Giannazi, Eduardo Suplicy e deste Vereador, a presente reunião se destina a tratar do tema A Importância da Educação Infantil e suas Vivências na Rede Municipal de Ensino. Cumprimento todos os presentes e os que nos acompanham virtualmente.

Temos também 40 inscrições de pessoas que estão dispostas a falar, fora os participantes presenciais, que também irão se inscrever. Além desses, cerca de 10 convidados, presentes e *on-line*. Assim, temos que entender que se trata de assunto extremamente importante, mas teremos que ser muito objetivos. Fazer considerações longas não será possível, teremos que nos ater a questões e propostas concretas. Senão, poucos falarão, e o tempo acabará. (Pausa) Vereador Celso Giannazi com a palavra.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todos os presentes, educadores e representantes de entidades e pessoas que estão nos acompanhando de modo virtual. Presidente, quero somente pontuar que, quando do requerimento de várias solicitações para que fizéssemos esse debate sobre a educação infantil, esse tema é muito complexo, há vários problemas; então, nós nos focamos, nesta audiência pública, em tratar de dois assuntos extremamente graves que estão ocorrendo: as salas multietárias e a inclusão escolar.

Apesar dos inúmeros problemas que há na rede municipal, na educação infantil, é importante focarmos principalmente nesses dois problemas. E as pessoas que estão presentes hoje, com a vivência que têm na área da educação, poderão contribuir muito no debate desses dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sem dúvida, Vereador. Mais uma razão para sermos objetivos nas falas. Por isso insisto. Porque já são 11 horas, e esperamos terminar a reunião às 13 horas. Portanto, serão 120 minutos de reunião; se cada um falar por 3 minutos, serão exatamente 120 minutos – somente os inscritos, fora os convidados. Então, temos que ser objetivos e nos focar nos dois temas que o Vereador mencionou.

A audiência pública não tem poder de decisão, somente de reunir as pessoas e trazer

informações.

Passo a palavra aos convidados. (Pausa) O secretário da Comissão está *online*?

(Pausa)

Foram convidados para esta reunião: Dra. Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan, Coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Sra. Renata Beluzzo Borba, Coordenadora de Políticas e Projetos de Inclusão na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; representantes da Secretaria Municipal de Educação e de várias entidades.

A Dra. Ana está presente? (Pausa) Há algum representante da Secretaria de Educação? (Pausa)

O SR. TÁSSIO JOSÉ DA SILVA – Bom dia. Sou Diretor da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Bom dia, Presidente. Eu só queria dizer que terei que estar em duas Comissões simultaneamente. Então, preciso dar a presença na reunião da CPI sobre a violência contra a população trans. Ficarei um pouco lá depois voltarei para cá.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O.k., Vereador. Obrigado. Então, há representante da Secretaria da Educação. Foi confirmada a presença da Sra. Ana, embora eu não consiga encontrá-la. Da Secretaria de Pessoa com Deficiência, Sra. Renata Belluzo Borba. Está presente? (Pausa) Aqui está como presença confirmada. Do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público, Conselho de Educação Infantil, há alguém? (Pausa) Você pode declinar seu nome? Você será a primeira a falar. Que honra para nós todos. Se possível, que todos sejam objetivos para que dê tempo de todos se manifestarem.

A SRA. LUCIENE CAVALVANTE DA SILVA – Meu nome é Luciene Cavalcante, sou Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Educação e ativista em defesa da educação. Sou do Conselho de Educação Infantil e de Inclusão, participando, nesta Casa, do mandato do

Vereador Celso Giannazi. Quero agradecer a oportunidade e serei bem objetivo.

Parabenizo a Comissão pela iniciativa desta importante reunião. Nossa fala é um pedido de socorro. A educação infantil pede socorro. São mais de 600 mil bebês e crianças que são atendidos, todos os dias, aqui na cidade de São Paulo, só na rede pública direta, porque nós atendemos e, a Comissão de Educação da Câmara é responsável pelo acompanhamento de três sistemas de ensino de Educação Infantil. Há o sistema da rede parceira conveniada da rede direta e da rede particular, e nós temos problemas gravíssimos nesses três sistemas de ensino.

Quero começar falando que a gente precisa resolver questões de *déficit* de recursos humanos. A gente precisa chamar os concursados. A gente precisa acabar com essa injustiça, que só os concursos da Educação não foram prorrogados junto com o tempo dos demais concursos da Prefeitura. Só os nossos que não foram prorrogados. A gente precisa colocar secretários nos CEIs e nas EMEIs, onde não há esse cargo. A gente precisa ter dois CPs nas EMEIs. A gente precisa aumentar o módulo de profissionais e de volantes, que ficam no apoio na Educação Infantil. Então, a gente precisa resolver essa questão da qualidade do atendimento contra a precarização.

Outro ponto fundamental é a questão de um acompanhamento pela Comissão de Educação Infantil, da implementação, durante a pandemia das turmas multietárias, dos agrupamentos. Quero propor aqui que seja feita uma subcomissão só de acompanhamento da Educação Infantil, por meio da Comissão de Educação, para que a gente possa avaliar, de perto, o que tem significado esses agrupamentos multietários, sejam nas turmas de EMEIs, com 35 crianças, sejam nos CEIs, onde a gente tem grave ataque ao Plano Municipal de Educação, violando, agredindo o que diz a quantidade da relação de número de profissionais de Educação por crianças.

Então, esse Governo já tentou sistematicamente atacar Educação Infantil, aumentando o número de bebês de zero a dois anos por adulto, por professora durante a pandemia, e novamente faz isso por meio dessa farsa da turma multietária.

Outra questão muito importante é a da inclusão escolar junto com a rede de apoio.

São milhares de crianças e de bebês que estão em situação de vulnerabilidade. A gente precisa de mais profissionais atuando, garantindo direitos fundamentais dessas crianças.

Então, é uma situação muito grave o que está colocado. Na rede parceira, é uma situação que a gente precisa... E quero fazer um apelo para o Presidente da comissão. Nós temos mais de dois mil e 300 CEIs da rede parceira. A rede municipal de Educação, contando todos os seus equipamentos, tem quatro mil unidades e 2.300 estão terceirizadas; e a gente precisa de políticas públicas de acompanhamento. Cada supervisor, nós somos supervisores de ensino que vamos até esses CEIs, só que temos quinze ou dezesseis escolas para acompanhar. Então, a gente precisa aumentar o módulo de supervisores escolares e garantir a formação dessas profissionais.

Sr. Presidente, está em curso aqui, na Cidade, a instrução normativa 08, que fala sobre a formação nos CEIs parceiros. E sabem como garantem a formação? Por meio da contratação de um auxiliar de classe, um profissional que não é habilitado para ficar com as crianças. É um retrocesso, é um ataque e uma temeridade à segurança das crianças, a integridade física das crianças.

Então, a gente precisa revogar essa IN 08. Ela precisa ser revogada e precisam ser garantidas condições, para que, de fato, as professoras de Educação Infantil da rede parceira tenham direito à formação e mais, recebam piso nacional, porque elas não recebem nem sequer o piso nacional. Então, é uma vergonha, é um acinte, é uma provocação, é um crime contra a infância, contra a história de luta. Essas mulheres estão sendo colocadas nessa situação junto com os bebês; e não, à toa, isso acontece na Educação Infantil. Isso acontece na Educação Infantil porque somos nós, mulheres, que garantimos esse direito, e o machismo e racismo são estruturais; e são as crianças periféricas pobres, os bebês negros periféricos que estão nesses CEIs terceirizados e não têm acesso a uma educação de qualidade porque estão numa situação precarizada.

Quero aqui então dizer que a gente precisa enfrentar essa questão da terceirização na Educação Infantil, precisa garantir a formação e também dizer que as creches da rede direta

não têm direito a um terço de formação, como diz a lei do piso nacional, que também precisa ser debatido e atacado. Quero colocar então essa necessidade.

Para terminar, só quero dizer que racistas e machistas não passarão. Quero parabenizar o grupo de Vereadores e Vereadoras que vêm denunciando Vereadores, como o que aconteceu nessa semana, quando tiveram uma postura racista. A gente precisa expurgar. Cassação já, Camilo Cristóforo. Têm que dizer, alto e em bom som, o nome dessas pessoas e pedir a sua cassação e também do Arthur do Val, lá na ALESP.

Obrigada.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, só vou fazer uma pergunta.

Professora Luciane Cavalcante, é instrução normativa?

A SRA. LUCIENE CAVALVANTE DA SILVA – IN 08/2022. Precisa ser revogada.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, já coloco aqui essa sugestão da supervisora Luciane Cavalcante, da criação da subcomissão, para a gente levar, para a gente discutir na comissão.

Parabéns pela iniciativa. (Palmas)

Temos que trazer os educadores e educadoras, pessoas que entendem do assunto. Vamos levar essa ideia para a comissão e discutir.

Parabéns pela ideia.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Tem a palavra a Sra. Renata Belluzzo.

A SRA. RENATA BELLUZZO BORBA – Primeiro queria dar bom dia a todos e agradecer o convite. Eu estou representando a Secretária Silvia...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu não ouvi o que você falou. Você pode repetir, por favor.

A SRA. RENATA BELLUZZO BORBA – Eu queria dar bom dia a todos. Agradecer o convite. Dizer que estou representando a Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, Silvia Grecco. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Vamos lá. Ela representa a Coordenadoria de Projetos de Inclusão.

A SRA. RENATA BELLUZZO BORBA - Isso. Na verdade, essa é a área que eu trabalho aqui na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu, pelo menos, não ouço.

Na história desses anos de pandemia, quando as pessoas colocam fone de ouvido, microfone, dá sempre algum ruído. Melhor falar direto, sem nada, porque ouvimos melhor. Pelo menos essa é minha experiência.

A SRA. RENATA BELLUZZO BORBA - É que eu não consigo ouvir vocês sem o fone, entende? É esse é o único microfone que temos. Se eu tirar não ouço vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Então, com a palavra, por favor. Pode falar.

A SRA. RENATA BELLUZZO BORBA - Eu queria agradecer o convite. Estou representando a Secretária Silvia. Estou aqui para contribuir, ajudar, enfim, o que for necessário da nossa Secretaria, estamos sempre à disposição.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Ah, muito obrigado, então, vamos primeiro ouvir, na verdade, primeiro eu queria dizer o seguinte: vou abrir as inscrições para as pessoas que estão presentes aqui e nós vamos fazer assim, terminando a fala os convidados, vamos chamar um que está inscrito *on-line* e um que está inscrito presencialmente. Peço à assessoria que anote as inscrições e me passe por favor.

Em seguida, vamos passar a palavra para, olha que coincidência, para o Sindsep, Dr. Maciel, também conhecido como Professor Maciel Silva Nascimento. O tempo era de três minutos, Maciel, mas como é para você, convidado, são 5 minutos, como foi para a Luciane.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO - Perfeito, agradeço, Presidente.

Primeiro, um bom dia a todos, todas e todes, presentes aqui na sala e também que estão nos acompanhando pelo link e pelo YouTube da Câmara.

Essa discussão é muito importante, não à toa encaminhamos esse pedido de

audiência pública e a Comissão de Educação acolheu prontamente, entendendo a importância do debate que nós queremos fazer hoje.

Obviamente, a Educação Infantil tem uma série de questões a serem debatidas, acho que teríamos de ter aí várias audiências públicas para focar cada um deles. Mas quero, primeiramente, abrir essa discussão, trazendo a nossa preocupação e a nossa inquietude com a proposta dos grupos multietários na Educação Infantil, que é o que nos aflige nesse momento, em especial por uma total ausência de discussão, seja com os trabalhadores, com as entidades representativas ou com os próprios pais. Sobre o que significa termos aí a junção de crianças de várias faixas etárias numa mesma sala, num mesmo espaço.

A priori, dizer que nós defendemos a questão da interação entre as faixas etárias. É a primeira questão que acho importante ficar evidente, e isso já se faz. Nós estamos, atualmente, nesse exato momento, de acordo com o calendário escolar 2022 realizando a aplicação dos indicadores de qualidade da Educação Infantil Paulistana nas unidades de educação infantil.

E se nós pudermos nos ater ao que está exposto nos nossos indicadores de qualidade, aponta como fundamental uma das dimensões a interação. Então as unidades de educação infantil já promovem, inclusive, subsidiadas pelos indicadores, a necessidade e a importância lúdica e de desenvolvimento de nossas crianças a partir da interação das faixas etárias.

O que nos preocupa, de fato, é a forma como a Secretaria traz essa discussão das multietárias e aí trazemos, numa instrução normativa, que foi reformulada, retificada, várias vezes, em um dos seus artigos, indicando que as unidades de educação infantil podem se organizar em salas multietárias e tudo bem.

O que, até poder discutir essa condição, tudo bem, o complicado é quando nós temos uma ação não publicada, que parte das Diretorias Regionais de Educação, colocando uma pressão sobre os gestores para que essas salas sejam implantadas. E ainda com o viés de que, possivelmente, toda a rede, a partir de 2023, esteja funcionando através das salas multietárias.

Então existe aí uma sinalização, por parte de uma instrução normativa, mas que, de

fato, lá na ponta, lá no território, existe uma pressão para que isso ocorra, e aí os gestores se veem pressionados nessa questão; os profissionais, que não foram reformulados, não há uma discussão sobre alguns pontos que são necessários. Primeiro, a discussão com a população sobre o que significa isso. Segundo, uma motivação, para que de fato haja uma implementação geral na rede sobre esse aspecto. O que nos faz crer que, talvez, seja apenas uma questão de acomodação administrativa de matrículas, para me garantir que os agrupamentos estejam ali representados.

Porque, vejam, pedagogicamente falando, não faz sentido e eu até pergunto aqui, se algum pai, alguma mãe, tio ou avô, deixaria sua criança de seis meses de idade no mesmo ambiente que outra criança, sendo cuidada inclusive, por uma criança de um ano e meio, dois anos, enquanto estivesse em outro cômodo do seu lar, da sua casa. A resposta, possivelmente, seria não.

Os processos de desenvolvimento são diferenciados. Não dá para termos uma necessidade e um vínculo extremo do bebê com o adulto sendo colocado numa outra dimensão de desenvolvimento da criança maior. E aí não temos uma reformulação do quadro de funcionários para implementação da proposta. É exatamente como está hoje. E isso nos traz outro risco, porque a interação desse profissional, desse professor de Educação Infantil com o bebê ela é direta, seja no momento da troca, seja no momento da alimentação, mas aí tenho outra criança, com uma idade superior, que está na minha sala e requer outro olhar, outra proposta pedagógica de desenvolvimento.

Então é importante que o Tassio esteja nessa audiência pública conosco, porque nós, para finalizar, já fizemos uma solicitação: em 23 de março, à Secretaria Municipal de Educação. Pedimos uma reunião com Diei e com Diped, e esse pedido, até para otimizar o tempo da Secretaria, porque nós sabemos que as demandas são muitas, foi feito de forma coletiva. Assinam esse pedido de reunião com os dois Departamentos: a Aprofem; o Sedin; o Sindsep; o Sinesp; a Comissão de Coordenadores Pedagógicos, que elaborou um potente documento sobre essa temática; o Fórum Municipal de Educação, do qual eu sou coordenador na cidade de São

Paulo, e o Fórum Paulista de Educação Infantil.

Nós lamentamos que, de 23 de março até agora, nós não tenhamos tido nenhuma resposta sobre o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vocês pediram uma audiência com...?

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – Uma reunião com a Divisão de Educação Infantil e com a Divisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para conversarmos sobre os multietários. Entendemos um pouco a necessidade, mas até o momento, passado mais de um mês, nós não obtivemos resposta ainda. Daí a necessidade de nós virmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vocês têm uma cópia desse pedido?

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – Tenho, mas posso deixar esta com V.Exa.

Obviamente, nós temos vários problemas, e eu acho que o Celso tem razão quando ele aborda a questão da ausência de Auxiliares de Vida Escolar não só na educação infantil, mas na rede inteira. É um problema sério nós não tratarmos os nossos deficientes com o carinho e com o respeito que eles merecem; sequer conseguimos desenvolver a atividade pedagógica porque precisamos dar uma atenção diferenciada para outra criança que está na sala e que precisa desse olhar. Então, a ausência do Auxiliar de Vida Escolar e de uma discussão profunda no âmbito da Secretaria sobre a sua importância é algo muito sério e sobre a qual nós vamos precisar continuar debatendo e exigindo, dentre outras questões que estão apresentadas nesse cenário.

Para contribuir com as falas dos demais participantes, encerro a minha por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Professor Maciel.

A próxima oradora é a Professora Rosana, do Sinesp.

A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES – Bom dia a todos e a todas. Primeiramente parabeno os Srs. Vereadores por esta iniciativa, porque é um tema urgente a ser tratado.

Eu não vou me alongar nos nossos problemas, porque a maioria aqui sabe deles, assim como eu acredito que a Administração também saiba. Eu também não vou falar das

manobras que os governos municipais têm feito para aumentar o número de vagas na Educação Infantil com baixo investimento ou talvez nenhum. Eu vou direto às propostas.

Com relação à educação inclusiva na Educação Infantil, eu acho que é preciso, sim, ter boa vontade política e investir nessa rede; é preciso completar e ampliar, como os colegas já falaram, os módulos dos profissionais, sejam eles ATEs, secretários de escola, coordenadores pedagógicos, porque nós temos muito trabalho e são muitas as unidades com grande número de crianças; é preciso retirar a sobrecarga de trabalho burocrático, que em nada ajuda a rotina pedagógica.

Com relação às salas multietárias, eu acho que a legislação tem, sim, que ser revogada. É preciso diminuir o número de crianças por salas e por turmas, porque, às vezes diminui-se a turma mais, mas aumenta-se o número de salas ou vice-versa, o que também é uma manobra.

Quero enfatizar que, para nós alcançarmos uma qualidade de atendimento na perspectiva da educação inclusiva, é preciso dar condições para os profissionais, porque as nossas crianças merecem. A atuação da Administração Pública não pode se restringir ao aumento de vagas, tem que ser muito mais que isso. Nós precisamos oferecer qualidade a essas crianças, para essa população.

Por último, para não passar do tempo, o governo precisa ouvir os sindicatos, precisa ouvir a base, precisa estar presente no dia a dia e precisa ter uma escuta mais flexível e atender resolver os problemas apontados pelos trabalhadores, porque são eles que estão nas escolas e estão lá para atender bem as nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Parabéns! Falou em três minutos. Impressionante!

- Aplausos na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A próxima oradora é a Sra. Ione, da Aprofem.

A SRA. IONE OLIVEIRA DE CARVALHO MACIEL – Bom dia a todos. Sou Ione

Maciel, Diretora da Aprofem e estou imensamente honrada de participar. Obrigada pelo convite. Em nome de todos os nossos filiados, nós estamos juntos nessa luta, porque não dá para continuar do jeito como está.

Sobre a situação das salas multietárias, o que tenho a dizer é que a EMEI está sofrendo tanto quanto o CEI. Porém, existe um pequeno engano: por conta da Instrução Normativa 43, a faixa etária das crianças foi aumentada e aconteceu agrupamentos mistos. Só que esse problema na EMEI, embora também mereça o nosso cuidado, ele faz com que essa discrepância na idade seja um pouquinho menor. Não dá para dizer que a gente vai deixar o nosso bebê de seis meses com o irmãozinho de um ano e meio. Porém, também deve ser levado em consideração o desenvolvimento dessas crianças, a diferença nessa faixa etária. Então, temos o problema na EMEI das salas mistas e nos CEIs das turmas multietárias.

O problema da sala multietária, como Maciel falou, fazemos a interação desde 2005 ou antes até. É que o CEI foi descoberto muito recentemente pela Educação. Todos sabem disso. O que acontece? Gostamos muito da interação, é interessante, só que somos a favor de momentos interativos e não turmas interativas, porque as turmas interativas vão gerar muito problema.

Por mais que a gente fale, o que está acontecendo com essa diferença em salas mistas, na EMEI, é a falta de estrutura. Não temos o apoio, não temos o AVE. Inclusive, gostaria de fazer uma reivindicação de AVE, de estagiário Cefai para o CEI também porque precisa. Porque na hora de colocar a criança de inclusão dentro CEI é muito fácil: “colabora aí.” Mas na hora de dar o apoio que ela necessita não tem.

Então, o que a gente precisa? De estrutura. Temos hoje professoras que têm que deixar os seus alunos com o ATE para trocar fralda na EMEI que não tem estrutura para isso. É uma vergonha. Só isso que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vou chamar agora a Simone, do Conselho de Educação Infantil.

A SRA. SIMONE - Bom dia a todos, a todas e todes. Sou Simone. Sou professora

da rede. Atualmente, componho a equipe gestora da EMEI Dona Leopoldina, na região da Lapa, e também participo dos conselhos que compõem, apoiado pelo mandato do Vereador Celso Giannazi, especialmente do Conselho de inclusão.

Venho pedir uma ajuda, muito. É uma fala de socorro. Estamos diariamente dentro das escolas, no chão da escola compartilhando com a comunidade, com as famílias.

É angustiante a gente receber uma família que tem uma criança com deficiência e dizer para essa família que a gente vai acolher, sim, porque nós somos educadores, porque nós temos um compromisso quando assumimos o nosso cargo, mas que, infelizmente, as condições não são aquelas que a gente acredita e luta por uma educação de qualidade para todos.

Então, venho dizer: como está difícil. A gente nunca iniciou um ano tão difícil como este ano de 2022. Estou até emocionada porque a gente está falando de seres humanos que precisam ser olhados e cuidados. Infelizmente, a gente não está conseguindo. É muito sério. A gente precisa ser olhado. As escolas estão sofrendo. É muito grave. A gente não tem estrutura. Por exemplo, eu tenho oito alunos de inclusão, laudados, mais 10 crianças em investigação e a gente tem uma pessoa, um AVE, sendo que a legislação diz que o AVE tem de dar apoio de duas até cinco crianças. Essa AVE está em uma situação de desgaste enorme. Daqui a pouco ela não estará mais lá. É isso o que está acontecendo. As pessoas estão pedindo demissão.

O quadro de recursos humanos está precário. Não temos professor de módulo. Então, viemos em uma fala de apelo. Precisamos que esta Casa apoie esta luta porque sem Educação a gente não consegue mudar a nossa cidade e nosso país.

Agradeço o espaço e que possamos construir coletivamente esta luta. Obrigada.
(Palmas).

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Deixe-me chamar a próxima entidade. Quem é representante do Sedin?

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Oi, bom dia a todos e todas. Bom dia quem está presente, bom dia quem está online acompanhando.

É muito triste de ver os nossos profissionais de Educação no mês de maio nesse estado. É muito triste e é o que nós estamos vendo quando fazemos visitas nas unidades escolares. Estamos no mês de maio e os nossos educadores e educadoras - e isso eu digo desde agente de apoio até supervisores escolares - que estão acompanhando a educação infantil na nossa cidade estão neste estado que essa gestora está conversando com a gente. É muito triste.

Sou Sheyla e estou representando a professora Claudete Alves, Presidente do Sedin. O Sedin, mais uma vez, está nesta Casa, esta Casa do Povo para representar educadores e educadoras da educação infantil, educadores da infância, bebês e crianças pequenas para dizer que as nossas unidades escolares não são depósitos de criança. Mais uma vez, estamos aqui para dizer isso e é preciso sempre dizer isso. (Palmas)

Uma vez que essas famílias deixam essas crianças nas unidades escolares, nós estamos representando o Estado e, por isso, precisamos cuidar dessas crianças, cuidar para que elas não tenham riscos e riscos de vida dentro das unidades escolares. Quando falamos que colocamos uma criança de 15 dias, 45 dias, dentro de uma sala de aula com crianças de um ano, um ano e meio, é risco de morte que essas crianças estão tendo.

Eles têm direito, sim, a estarem nas unidades escolares. Os pais têm direito a estar fazendo a matrícula, porém não temos estrutura para isso. Não temos estruturas físicas, não temos estruturas de recursos humanos para isso.

Temos concursos em andamento. Precisamos desses professores nas unidades escolares. Então, é isso que o Sedin vem dizer. Não somos contra as salas multietárias de forma nenhuma, até porque temos um currículo integrador na cidade. Então, nós defendemos, sim, as salas multietárias, mas nós não temos as estruturas que nos são apresentadas de escolas particulares, de escolas europeias. Nós não temos essa realidade. Então, nós temos de conversar com o diretor da educação infantil, conversar com os doutores e mestres do chão da escola. Com estes que vocês têm de conversar, com os sindicatos, que estão representando os servidores públicos. Então, nós estamos aqui dispostos a essa conversa. Reforço o pedido

entregue pelo Maciel, à mesa, da reunião com você, Tássio.

Vygotsky já dizia que o ser humano é o resultado do meio, dessa intervenção, dessa interação. Então, nós não estamos contra, mas nós precisamos de estrutura para isso. Não dá para trabalhar e pensar em salas multietárias superlotadas: 35 crianças em EMEI. Nos CEIs também não concordamos com a proporção criança/educador. Então, isso precisa ser revisto urgentemente.

Uma outra coisa, só para concluir, nós pedimos o diálogo, o diálogo principalmente com o chão da escola. Nós já tivemos, um *live* demonstrando um recuo até de SME em relação a essas salas multietárias, mas nós pedimos o diálogo. Diálogo com os doutores e mestres da educação infantil que estão no chão da escola. E todos são doutores e educadores, Tássio. Não é só quem está na academia fazendo tudo, achando tudo muito bonito: salas multietárias. É tudo lindo. Venham falar conosco. Nós estamos dispostos a ajudar, porque são as nossas crianças que nós atendemos e são elas que mais nos interessa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sheyla.

Vou chamar o representante do Sinpeem. Tem alguém do Sinpeem?

A SRA. MICHELE – Sim, Vereador. Michele, pelo Sinpeem.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – A palavra está com você, Michele.

A SRA. MICHELE – Muito obrigada.

Bom dia a todos, todas e todes. Eu me chamo Michele. Sou professora de bebês e crianças e componho a diretoria do Sinpeem. Agradeço por este espaço.

Esta discussão tem sido feita desde o ano passado quando nós soubemos que aconteceria uma publicação com a decisão unilateral das salas multietárias. Vale aqui lembrar que quando essa instrução normativa foi publicada, já havia passado, inclusive, o período de remoção. E essa decisão geraria, no mínimo, em cada unidade cinco professores ou professoras excedentes. Então, nós debatemos com a Secretaria naquele momento e a instrução normativa saiu como opcional para a educação infantil na etapa CEI. Porém, o que nós temos visto na

prática é que esse opcional não é bem assim. Existem escolas, na cidade de São Paulo, que já estão recebendo as matrículas compulsoriamente de forma multietária. Então, a escola, entre aspas, optou por não fazer os grupos multietários este ano, mas, na prática, as DREs têm matriculado esses bebês. Então, isso, inclusive, está ferindo a própria instrução normativa da SME. Isso não pode acontecer.

Ressaltar também que nós defendemos e fazemos, promovemos desde sempre as interações e essas interações até pautadas no currículo integrador, o anterior, e depois pelo currículo da Cidade, essas interações são feitas de forma intencionalizada, planejada, com todo o recurso necessário.

Então, como já foi dito aqui, nós precisamos nos preocupar, inclusive, com a segurança das crianças, porque a quantidade de bebês que nós temos hoje em relação ao número de adultos é absolutamente insuficiente. Então, para ser propositiva, o Sinpeem defende as interações, defende a inclusão, defende que as instruções normativas sejam debatidas com os sindicatos, que as escolas sejam ouvidas. Aqueles que trabalham com os bebês e com as crianças diariamente, os educadores, precisam ser ouvidos, porque a teoria tem de andar de braço dado com a prática, porque se não couber na prática, pode ser a melhor teoria que não dará certo. E, aí, o tempo do bebê e da criança é o tempo presente. Nós não podemos deixar que eles passem pela educação infantil perdendo possibilidade de desenvolver integralmente. Então, debater com os profissionais, debater também com as famílias. Nós falamos que o PPP é construído com os profissionais, com os bebês, com as crianças, com os estudantes e com as famílias. Então, eles também devem fazer parte desse diálogo. Reduzir drasticamente o número de crianças e bebês por adultos. Então, o Sinpeem defende que no Berçário I sejam 4 bebês por adulto; no Berçário II, seis crianças por adulto; no Minigrupo I, 9 por adulto; Mini II, 10 por adulto; Infantil I, 15 por adulto; Infantil II, 15 por adulto.

Estou usando, aqui, essas denominações Infantil I e Infantil II – nós sabemos que agora é todo mundo sétimo ano – para podermos entender dentro das faixas etárias e como que as pessoas entendem até aqui.

Ressaltar ainda que na etapa do CEI, as organizações não respeitam a atribuição que é feita ao professor. Então, nós temos, no espaço físico, até 27 bebês. Então, é mais um complicador quando falamos em multietário. Você tem multietário, você tem quantidade elevada. Então, essa relação que eu trago de bebê por criança, na etapa CEI nós também temos de discutir essa organização com o espaço físico.

Quanto à inclusão, já partindo para o final, além de defender, é direito dos nossos bebês e crianças estarem na escola. Isso é indiscutível. É direito deles e dever do Estado. Para que eles tenham um desenvolvimento integral e pleno nós precisamos de condições, não só de acesso, mas de permanência, como os nossos marcos legais preveem. Então, nós precisamos de melhoria nas condições de trabalho; nós precisamos ampliar os módulos profissionais; nós precisamos garantir recursos materiais, humanos e físicos; precisamos de espaços mais potentes e mais seguros; nós precisamos, ainda, de plenas condições para desenvolver esse trabalho com as crianças; ampliar a formação continuada dos profissionais que atuam com essas crianças; melhorar o atendimento intersetorial, que sabemos cada um na sua, não conseguimos lidar com todas as questões que envolvem a inclusão. Então, precisamos dessa relação intersetorial, garantir a AVE de estagiários e ampliar o debate. E para isso convidamos a SME para estar nas escolas e ouvir aqueles que lidam com isso.

Peço desculpas por me alongar e agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próximo inscrito, Christian Sznick, da EMEI Bertha Lutz. Em seguida, Marcia Fonseca Simões.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Bom dia a todos e todas desta Casa, os que estão na rede virtual da nossa Rede Municipal de Educação. Sou Christian Sznick, Diretor da EMEI Bertha Lutz, na Freguesia/Brasilândia. É a maior EMEI fora de CEU, na Freguesia/Brasilândia, exatamente no Jardim Elisa Maria, lá no meio do povão mesmo, onde verificamos diversas situações.

O debate aqui está sendo muito importante porque traz à luz a questão da educação infantil. E na educação infantil, no recorte que fazemos da EMEI, começamos a trazer alguns

elementos importantes para esta Casa. Quando se fala de falta de servidores públicos, isso é verdadeiro, só que o módulo da EMEI, além de faltar muitos servidores, é o menor módulo possível. A EMEF tem um número de servidores, um quadro de apoio; o CEI tem um número de servidores, um quadro de apoio.

O quadro da EMEI é o menor da Cidade inteira. A EMEI sendo pequena, o módulo é diminuto demais, são três auxiliares técnicos de educação para uma escola que funciona 12 horas. Uma EMEI, como a que estou, que tem 18 salas, nove manhã, nove tarde, são quatro. Isso para a escola inteira e contando a secretaria. Secretaria, aliás, uma luta que vem sendo colocada até pelo próprio Vereador Celso Giannazi, a implantação do secretário da escola na educação infantil. Não é luxo, é valorizar, sobretudo, o profissional do quadro de apoio, para que tenha sim o direito de ter o seu trabalho valorizado. Trabalho hoje em dia que é ampliado cada vez mais e que é importante no acompanhamento de busca ativa, vários documentos. A EMEI já é fase obrigatória da educação, então os prontuários das crianças ficam mais tempo. No CEI há outra especificidade, falo tranquilamente porque fui assistente de diretor em CEI, então, há essa questão.

Outro ponto importante já que estamos falando de quadro de servidores para acompanhamento pedagógico, a questão dos coordenadores pedagógicos. Se colocou aqui muito bem colocado, a questão de ter um segundo coordenador pedagógico em CEMEI, mas também devemos ampliar essa ideia para as unidades de educação infantil grandes onde temos, por exemplo, alguns CEIs com 64 professoras e um único coordenador pedagógico. Pensar numa formação com uma única pessoa sendo responsável por 64 servidoras é muita coisa.

Por outro lado, importante para encerrarmos, a inclusão é uma questão que devemos ter outro olhar sim. Os NAAPAs das DREs, hoje, estão atendendo só o Ensino Fundamental, precisam avançar entrando desde CEI e EMEI. Precisamos ampliar seriamente e rever esses contratos da SPDM de AVE, que vem há muitos anos, até a questão do número de AVEs nas escolas, repensar essa questão.

A questão de estagiário, temos perdido cada vez mais estagiários, porque se fez

agora um contrato com o CIEE, mas a grande questão com o CIEE é que os estagiários não estão chegando às escolas. Subiu um pouquinho a bolsa, mas perdemos constantemente as estagiárias para serem auxiliares de classe nos CEIs conveniados, porque a bolsa é maior e tem registro em carteira. Sabemos muito bem que estatisticamente isso é mais interessante para a trabalhadora, a maioria são mulheres. Então, precisamos também ter esse olhar e rever essa questão dos estagiários na Prefeitura, tanto a questão do valor da bolsa, quanto a quantidade desses estagiários na educação infantil. E mais, devemos pensar na ideia dos estagiários também no Centro de Educação Infantil. Não somente nas EMEFs, nas EMEIs, mas também nos CEIs.

Para encerrar, precisamos repensar o plano de obras da Cidade. As EMEIs estão hoje atendendo acima da capacidade da própria normativa de matrícula, que são 29, nós temos 35, mas temos vários casos de crianças matriculadas na rede conveniada, porque não há vaga suficiente na rede direta e cada ano tem estouro acontecendo. Então, trago isso para a nossa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita, Marcia Fonseca Simões.

A SRA. MARCIA FONSECA SIMÕES – Bom dia a todos e todas, sou Marcia, gestora da educação infantil da Rede Municipal, dirigente do Sinesp também e conselheira do CAE. Quero retomar a fala dos colegas, não nos opomos ao mérito da sala virtual, mas realmente há este imbróglio ocasionado na época da instrução normativa que fez com que muitas escolas entendessem como obrigatório sem discutir com seus pares, com os professores e com as famílias.

Na questão da inclusão, também não quero repetir o que já foi dito, sabemos que é necessário ampliar esse número de AVEs, mas também repensar. E aproveitando que o Cássio está presente, na questão dos CEIs, porque temos um caso agora curioso na rede. Algumas famílias ganham na Justiça o direito de ter o seu bebê acompanhado. E também alguns casos de bebês são muito sérios, precisam de fato ter esse olhar constante que nós educadores por

veze não conseguimos quando temos 10, 12 bebês para olhar.

Então, essa questão do AVE para essa primeira infância, para os pequeninos, é para além da troca de fralda ou do ato de alimentar que é básico, mas a questão desse cuidar específico com válvula ou com essa constância de ter que estimular, porque tem bebê que não consegue ficar em pé, enfim. Então, felizmente estão chegando na rede, mas infelizmente ainda precisam muito dessa figura especial.

Puxando para o assunto que ainda não foi debatido, mas acho importante aproveitar essa audiência, é a questão da alimentação da primeira infância. Temos a resolução 06, de 2020, que está sendo implantada este ano pelas redes municipais e estaduais, no caso algumas têm, e no caso de São Paulo estamos nesse processo. Então, falei numa última audiência que estive presente, da importância de se estudar esse processo, de acompanhar como será feita essa passagem desse bebê que ainda tinha uma alimentação não boa para essa alimentação melhor. Por isso que, inclusive, nesse momento temos problemas com essa forma de entender, porque não possibilita que, de fato, essa alimentação seja cumprida.

Então, é um projeto muito bom que prevê uma qualificação da alimentação, mas também precisa de suporte das unidades escolares para acontecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Ana Carolina Oliveira Golvin. Apareceram várias questões, então, talvez, a senhora possa comentar um pouco e, depois, a gente continua as falas. Ao fim, se tiver oportunidade, podia fazer algum comentário.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIN - Bom dia a todos e a todas. Eu retornei esta semana de licença-maternidade, então é uma questão nova de que eu não estava tendo conhecimento, eu não sabia que o Município estava aplicando a questão das salas multietárias, a questão das opções, eu não estava ciente dessa problemática e estou me inteirando agora com a audiência pública.

Tem algumas coisas aqui que achei superinteressante porque, pelo que eu entendi, não há uma resistência às salas multietárias em si, que inclusive até alguém comentou “Ah, tem

muito na rede particular”, amigas minhas buscam esse tipo de escola para os filhos, educação montessoriana, enfim. Só que o que eu entendi, e me corrija se eu estiver errada, é que a questão de estrutura para o desempenho e eu acho que aí também envolve treinamento das equipes para aplicação dessa metodologia, que estaria sendo falha e por isso que os professores estão suplicando por uma melhoria. É como se o método fosse louvável, mas não se tem estrutura e treinamento para implementação.

Mas eu achei super legítimo, interessante, vou até pedir para mandarem para a relatoria da audiência pública para que a gente possa se reunir com a Secretaria Municipal para poder entender o que está acontecendo, qual o planejamento, para que a gente possa tomar as medidas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Peço a Dra. Ana para esperar um pouquinho porque a professora Kathlyn queria fazer um comentário sobre a sua fala.

A SRA. KATHLYN – Peço licença a Dra. Ana. Bom dia a todos. É só para retomar algumas questões da sua fala, não sei se entendi direitinho quando você fala do treinamento, da interação, acho que não foi isso que foi colocado até o momento. A questão é que nós estamos nesta audiência não discordando da importância da interação. Ela deve haver, ótimo, os currículos já estão postos, os documentos estão aí.

O que nós estamos dialogando e solicitando é que seja uma interação real em que as crianças sejam atendidas com a qualidade que merecem e na relação adulto/criança com essa proporção. Então, o grande debate que está posto aqui hoje é nessa perspectiva. Será que conseguir me fazer entender, Dra. Ana Carolina?

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIN – Então vocês são a favor da interação? Sei que é importante isso ficar bem claro, como eu não sou da área da Educação, realmente é bom a gente entender direitinho. Então, vocês são a favor da interação, mas não através dessa metodologia de salas multietárias? Seria isso?

A SRA. KATHLYN – Dra. Ana Carolina, nós acreditamos numa educação infantil de qualidade, integrativa, que já está posta em todos os documentos a necessidade da interação.

Nós sabemos, como educadores, que a educação se dá na interação, ainda mais nessa faixa etária da primeira infância. E o que nós estamos colocando aqui é que haja uma estrutura física organizacional e de recursos humanos capazes de efetivar uma política imposta. Isso, sim, que nós estamos reivindicando.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIN – Compreendido. Obrigada. Ficou bem claro agora.

O SR. CELSO GIANNAZI – Cumprimentando a Dra. Ana Carolina. Obrigado pela presença nesta audiência pública. É importante a Defensoria Pública estar presente.

As educadoras, os educadores, colocaram totalmente contrária essa forma das faixas multietárias na educação infantil do jeito que está colocada.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIN – É que teve uma fala que não foi nesse sentido, que falou assim “nós não somos contra, mas nós queremos que tenha estrutura”, então por isso que eu entendi, teve uma sala que foi específica.

O SR. CELSO GIANNAZI – É que o Governo Municipal colocou as salas multietárias sem nenhuma condição de recursos humanos, de professores, de estagiários, dar suporte a essa interação entre bebês e crianças com mais idade. Então, a educação pública, os educadores e educadoras estão criticando, levantando esses graves problemas que nós estamos vivendo na rede municipal.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIN – Entendi perfeitamente. Estou aqui mais como ouvinte para entender o problema e ver como a Defensoria Pública pode contribuir com a questão. Estou interessada, achei superbacana o debate, estou fazendo as minhas anotações aqui e peço que, no final da audiência, nos enviem o relato, a ata da audiência pública, para que a gente possa entrar em contato com as pessoas interessadas e dar encaminhamento dentro da Defensoria a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Dra. Ana Carolina Oliveira Golvin, Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública.

Está presente alguém do Grupo de Atuação Especial da Educação do Ministério

Público de São Paulo? Alguém do Geduc está presente? (*Pausa*) Não.

Vamos continuar a nossa lista de inscritos.

O próximo a falar é o Sr. Ivan Ferreira, do Movimento Caravana da Educação.

O SR. IVAN FERREIRA – Bom dia a todos, a todas e a todes presentes na audiência, também virtualmente.

Quero parabenizar a iniciativa da Comissão de Educação.

Eu sou o Ivan, membro do Movimento Caravana da Educação, professor de educação infantil há mais de uma década. O meu cargo é lotado na EMEI Clarice Lispector, DRE Campo Limpo. E desde o ano passado eu também faço parte da assessoria do mandato do Prof. Toninho Vespoli, do Partido Socialismo e Liberdade, que compõe um dos 55 mandatos da Casa.

Eu vi que a Luci está *on-line*, junto com o Maciel, da Coordenação do Fórum Paulista de Educação Infantil.

Eu endosso a carta que o Maciel comentou em sua fala, porque já faz mais de um mês que fizemos um requerimento para uma conversa, como DIEI. O Cristiano saiu, entrou o Tássio, e nós precisamos ter, porque isso foi uma implementação...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ivan, nós já solicitamos à Comissão para que seja um feito um requerimento da Comissão, a ser aprovado na próxima quarta-feira. E vamos mandar como pedido da Comissão. Se não der certo, aí vamos ter de convocá-los.

O SR. IVAN FERREIRA – Não, mas ele está aqui presente. O Tássio está escutando. Acho que ele já percebeu a necessidade desse diálogo. Como foi dito aqui, a questão de doutores do chão da escola e da academia, eu acho que tem que ter esse diálogo. Esse tem esse trabalho também com a Daniela Finco, na Unifesp. A audiência é justamente para isso.

E eu não poderia me esquecer, Sr. Presidente, de parabenizar a atitude do seu partido, inclusive, de expulsão do vereador racista. Esperamos que ele seja cassado. O partido do qual eu faço parte, a Bancada do PSOL, já pediu, inclusive, a cassação do mandato dele. É assim que tem que tratar racista.

Nesse sentido, vimos aqui com muita preocupação.

O Movimento Caravana da Educação é composto de professores e professoras que visitam o chão da escola – no caso, como eu mencionei, eu estou liberado para fazer isso; eu vou sair da audiência aqui e continuar visitando o chão da escola. Visitamos diariamente CEIs, EMEIs, CEMEIs, CEUs. E o que vemos é essa fala aqui resumida, de um grito, como a companheira da gestão da Dona Leopoldina colocou aqui.

E esquecemos, às vezes, de colocar que o auxiliar, a auxiliar de vida escolar, já é um problema dentro da educação. Por que, Celso? Porque já é a terceirização dentro da rede direta. O vínculo é via SPDM. E as pessoas esquecem de falar que a SPDM, que é da saúde, deu máscara de pano, somente máscara de pano até agora, para essas auxiliares de vida escolar. E se não fosse um trabalho de solidariedade na escola, muitas dessas AVEs não teriam nenhuma máscara N95, porque o salário de contrato não é lá essas coisas, é mil e pouquinho. Então é dessa realidade que estamos falando.

E desculpe cortar um pouco o foco das crianças, mas é que a condição de trabalho das pessoas adultas que trabalham com as crianças também é um direito da criança que está sendo negligenciado nesse momento.

Então, como professor de educação infantil, eu vivo uma realidade de 35 crianças numa sala de EMEI. Isso, no ideal. Está tendo muita escola que está sendo fechada – a EMEI Rosa Maria Dôgo, na DRE Santo Amaro.

Por conta dessa máfia, desses carteis de creches conveniadas que existem no Município de São Paulo, a rede direta está sendo completamente sucateada. Estamos vendo unidades de educação infantil fechadas e sendo, depois, extintas em Diário Oficial. Então algo que era para ser uma poda drástica de uma árvore, que mesmo superfaturado iria sair 50 mil reais, a gente já tem a questão da Rosa Maria Dôgo, que vai custar mais de dois milhões para os cofres do município.

E é isso que eu queria colocar, junto com a nossa companheira da Defensoria Pública: não é de treinamento. Eu fui muito bem formado e continuo em formação continuada. Presenciei experiências de “interidades” nas creches da USP onde eu fui estagiário. Nós temos

formação continuada. E exigimos JEIF, que é a Jornada de Formação.

A questão é estrutural. É que o capitalismo não quer que a classe trabalhadora tenha uma educação de qualidade. Só que temos garantias legais. O Brasil vai voltar a sorrir de novo. E eu agradeço esta audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Ingrid Matuoka, da Associação Escola Aprendiz. (Pausa) Não está presente por enquanto.

O próximo inscrito é a Sra. Bartira Cruz Landim Belarmino, da APM CEI Helena Pereira de Moraes. (Pausa)

Passamos para a Marta, mãe da Sofia, da EMEI Dona Leopoldina.

Essa EMEI fica onde? Na Lapa? Aquela enorme. Maravilhoso aquele espaço.

A SRA. MARTA – Sim.

Bom dia a todos.

Meu nome é Marta, eu sou mãe de uma criança que tem Síndrome de Down, a Sofia, que está na EMEI Dona Leopoldina. E eu vim fazer um apelo.

Aliás, o meu apelo foi desde que iniciou o ano. Eu já liguei para a Cefai, tive uma promessa de 15 dias, de uma auxiliar para poder ajudar a Sofia dentro de sala de aula.

Eu só vou falar um pouquinho da situação dela: ela está numa sala de aula com 30 alunos e com ela tem mais uma criança que tem deficiência. Não adianta colocar a criança dentro da escola e dizer que está tudo bem, porque não é isso.

A necessidade que as crianças especiais têm é diferenciada. Ela precisa de um acompanhamento, precisa de alguém direcionando ela com a professora; ela precisa de alguém auxiliando para que possa fazer uma atividade. A professora não consegue dar conta de 30 alunos típicos já é difícil, agora, com mais duas crianças atípicas para trabalharem juntas e dizer que elas estão nas mesmas condições dos outros, isso é impossível.

A escola Dona Leopoldina vem encontrando dificuldades, não somente com auxiliares, mas também AVE, professor de módulos, ATE; eu fiquei uns dias lá para fazer a adaptação da Sofia. Fiquei alguns dias lá, mas não me senti segura, modo de dizer, não do

tratamento dos profissionais, mas, sim, da falta de profissionais, porque saem funcionários da Secretaria para poder auxiliar os alunos. Essa falta está acometendo a qualidade de ensino para essas crianças e, neste momento, é crucial para eles. É o momento de desenvolvimento em que precisam ter um auxílio de perto, para ajudar essa criança. Essa falta de hoje vai acarretar no futuro. Isso que está dificultando hoje, elas vão levar para o futuro. Se não corrigirem agora, no futuro – aliás, já estão com perda, por causa da pandemia; agora, entram para a escola sem a quantidade de funcionários, dificulta tudo. Isso é uma emergência, urgência. Não dá para esperar, porque eles já estão perdendo.

É isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Marta. O próximo inscrito é Eduardo Kennedy Pacífico, do Sedin.

O SR. EDUARDO KENNEDY PACÍFICO – Boa tarde a todos os participantes e Vereadores. Eu gostaria de dar os parabéns para essa mãe que acabou de fazer a fala. Eu gostaria que SME ouvisse e atendesse o clamor dessa mãe.

Todo professor, quando inicia a sua formação, antes de ele colocar uma nova estratégia, uma nova atividade para a sua turma, se faz necessário – e o professor aprende isso – preparação, planejamento e discussão com os seus pares.

Parece que SME está tão distante da sala de aula que se esqueceu do básico: planejamento e discussão.

O que estamos vendo na educação infantil e na sala multietária é o total descaso para com os poucos avanços que tivemos na educação infantil. Por exemplo, um dos avanços que nós temos que SME está passando por cima é a questão do número de crianças em sala de aula que vem sendo desrespeitado.

A gente sempre lutou para que esse número fosse reduzido, para que a qualidade pudesse aumentar. E SME vem, dia após dia, aumentando o número de crianças sem respeitar uma Portaria que ela própria publica.

Não é só colocar ou matricular as crianças nas salas incorretas, e o professor que luta para dar conta. Eu estou na rede, sou professor de educação infantil há 16 anos e sempre vi a distância entre a academia, SME e o chão de escola.

O que é o chão de escola? Chão de escola é ouvir o professor que está em sala de aula, ouvir o coordenador, ouvir o diretor, os profissionais que estão ali no dia a dia. Nos últimos anos, essa distância entre o chão de escola e os cultos à academia e à SME virou um abismo. E nós precisamos, com urgência, de mais recursos humanos, nós precisamos, com urgência de mais diretores, mais coordenadores, mais professores; além disso, nós precisamos de mais recursos materiais nas escolas. Não adianta só fazer matrículas e colocar as crianças lá, sendo que nós não temos os recursos materiais para que isso aconteça.

Nós não somos contra as salas multietárias. Nós somos contra a maneira com que isso está sendo implementado dentro da rede de ensino da cidade de São Paulo. Nós precisamos de mobiliários, livros, brinquedos, computadores. Nós precisamos de uma série de recursos.

Concluindo, aproveitando para lembrar o Prefeito, os Secretários, os Vereadores, que compõem a Comissão e Câmara dos Vereadores, que nós estamos na nossa data-base e que profissionais bem remunerados e motivados fazem toda a diferença no futuro da nossa cidade. É isso.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A próxima inscrita é Mara Regina, supervisora DRE Capela.

A SRA. MARA REGINA – Bom dia a todos. É a primeira vez que participo de uma audiência pública. Quero parabenizar pela iniciativa. Eu pertenço à Capela do Socorro.

Em relação à questão das salas multietárias, a gente costuma brincar lá na Capela e dizer que “a demanda manda”.

Temos visto situações muito complicadas e muito difíceis de se dar, pelo menos, uma resposta plausível quando estamos no plantão atendendo reclamação, atendendo munícipe, lá

na DRE, que a mãe diz assim: “Olha, saiu uma vaga para o meu filho lá na creche, na Sobei, só que eu levei meu filho para adaptação...” E é bom que quem não é da Educação entenda disso que nós estamos falando, porque nós não estamos falando de treinamento, nós não estamos negando atender as crianças, nós não estamos dizendo que a interação de crianças de faixas etárias distintas seja ruim, mas a forma como está colocada está equivocada.

A mãe coloca a criança no CEI, de 2,5 anos. Uma criança de 2,5 anos já anda, já está começando a falar, já tem bastante autonomia para brincar, para ir de um lado para o outro, pegar brinquedo. E aí o que que a demanda faz? A demanda coloca a criança onde tem vaga, de 0 a 3 anos vale tudo, vale de 0 a 3. Coloca uma criança de 2,5 anos numa sala de crianças, de bebês que ainda não andam. Uma semana depois da adaptação a mãe ligou para reclamar que não queria a vaga. Por quê? Porque o filho dela de 2,5 anos estava se arrastando e chorando, não estava mais falando, não estava mais andando, estava engatinhando.

Aí a gente pensa assim: não, mas espera aí, tem como ter regressão? Nunca imaginamos essa situação possível, mas está havendo regressão. Porque eu posso colocar uma criança de seis meses com uma criança que está aprendendo a andar? Posso, vai ajudar. Mas eu teria que ter um número de crianças menor nessa sala, para poder fazer essa interação e esse atendimento. Não é dessa forma que está colocado. Na prática não funciona assim.
(Palmas)

Eu estou falando com propriedade. Eu fui professora de CEI, eu ingressei na rede como professora de CEI, eu fui CP de CEI, eu fui diretora de CEI, agora eu sou supervisora. As unidades que eu visito, uma por exemplo, Sobei, tem 500 crianças. Então tem lá um berçário que tem crianças de dois meses, tem lá crianças de seis meses que já estão começando a sentar, que já estão começando a engatinhar, e tem crianças de um ano. Hoje em dia tem criança com dez meses que anda.

Então você precisa estimular todas essas. São 14 dentro dessa sala, no mínimo. Se for uma sala grande, por exemplo, de Sobei tem 21. Como é que eu atendo com um mínimo de qualidade crianças no berço, crianças engatinhando, crianças querendo explorar o espaço?

Como é que eu organizo esse ambiente? Ainda com mobiliário, mochila, brinquedo, berço, inclusão, porque no CEI a gente não tem estagiário, a gente não tem AVE e a gente tem um módulo de agente escolar de ATE muito pequeno.

As EMEIs estão explodindo de crianças com deficiências, autista, síndrome de Down. Aí a mãe vai lá na EMEI e fala assim: “Mas o médico disse que o meu filho precisa de alguém para acompanhar ele 100% do tempo”. E aí nós temos que dizer: “Mãe, mas a gente não tem esse profissional aqui na unidade”. “Não, mas eu tenho direito, o meu filho só vai vir para a escola quando tiver o estagiário.” E aí eu tenho que dizer para ela: “Então a senhora vai acabar perdendo a vaga porque, se o seu filho faltar 15 dias, automaticamente ele é desligado, ele perde a matrícula”. “Mas eu não posso mandar o meu filho para cá sem ter um mínimo de alguém que possa acompanhar, porque ele não consegue fazer as coisas sozinho, ele não vai no banheiro sozinho, ele não se alimenta sozinho.”

Por exemplo, eu tenho uma EMEI que tem dez salas e tenho 12 crianças com necessidades. Não dá nem para fazer a divisão e colocar um em cada sala, vai ter alguma sala que vai ter dois. E um estagiário para a escola inteira nos dois turnos. Como é que faz esse atendimento? Nós não estamos conseguindo. A gente está pedindo grito.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu conversei recentemente com o Secretário Adjunto, o novo, ele falou que o problema dele é conseguir estagiário, que não está conseguindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quanto que eles querem pagar?

O SR. CELSO GIANNAZI – Isso, a bolsa é muito... é ínfima, é irrisória, então não atrai ninguém, não vai atrair ninguém, Presidente.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É o valor, é?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quinhentos?

O SR. CELSO GIANNAZI – Setecentos reais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Certo. Não, claro, está claro esse...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu acho que é interessante no relatório colocar que a falta de estagiário está diretamente ligada à baixa remuneração. Acho que é importante que a gente coloque isso como...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Essa informação que a gente precisa dar, porque eles me falam... Inclusive ele foi muito gentil, veio aqui falar com a gente, comigo e pediu: “Olha, você conhece estagiário? Você pode colocar, divulgar que precisa de estagiário”, e tal. Mas eu não sabia que era essa a questão. É essa a questão, vocês dizem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É o CIEE, exatamente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Certo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É complicado.

O SR. CELSO GIANNAZI – Presidente, só complementando o que a Prof. Simone colocou, houve um equívoco da Secretaria Municipal de Educação passar todo esse acompanhamento pelo CIEE, porque muitos casos nós visitamos as escolas, o CIEE coloca algum estagiário lá da zona Leste para ir lá para Parelheiros. O estagiário chega e vai embora no outro dia, não via. Então não existe essa possibilidade. É um equívoco que tem que ser revisto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO GIANNAZI – O Cefai que era fundamental, o estagiário chegava através do Cefai, tinha o primeiro contato. Desmontou o Cefai e o Cefai não vai mais nas escolas

porque não... A Prefeitura, com todo recurso que tem, Presidente, não disponibiliza mais o transporte para que esses profissionais estejam nas escolas. Isso é um absurdo completo. A gente tem que cobrar do Secretário Padula uma solução imediata para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Todas essas informações que estão surgindo aqui, essas demandas, essas proposições, nós vamos sistematizar tudo e enviar para a Secretaria de Educação e para as partes. Enfim, vamos tentar fazer uma coisa que renda alguma coisa, não seja só uma conversa.

Pois não. Seu nome é Marta, não é? Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Porque não tem noção.

A SRA. MARTA – Eu acho que o auxiliar deveria ter um preparo antes de chegar para a escola. Contratou esse auxiliar, dá um preparo para ele, dá tipo um treinamento e explicar o que é a Síndrome de Down, o que é o Autista, para ele poder chegar já com um pouquinho de conhecimento de como lidar com aquela criança. Não pegar e colocar cru e eles aprenderem com os nossos filhos. Você entendeu? Assim, minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok. Muito obrigado.

Vamos para frente agora. Ok.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Isso é verdade. Tenho certeza de que esse é o ideal mesmo.

A próxima inscrita é a Julieni Boattini. Está presente? (Pausa) Maria Angélica Chagas Ferreira. (Pausa) Edna Conceição Monteiro. (Pausa) Mirella Clerici Loayza. (Pausa) Também não. Agora vamos pegar do lado de cá. Débora Dimitrov, da Aprofem.

A SRA. DÉBORA DIMITROV - Bom dia a todos e a todas. Sou Diretora da Aprofem, mas eu queria falar também enquanto professora que teve inclusão dentro da sala de aula, falar também um pouco do chão da escola na veia, sentir na pele.

Classes multietárias são para interação e para aumentar o número de crianças. O

que não precisa mais, a escola já está superlotada. A inclusão, para mim, hoje, não existe. Ela não existe porque ela está excluindo.

Eu tenho 35 alunos numa sala de aula que precisam da minha atenção enquanto professor, precisam da minha intervenção. Os de inclusão mais ainda, porque as intervenções são diferenciadas nas atividades. Eles precisam de atenção. Só que eu não tenho AVE, não tenho estagiário para acompanhar o atendimento pedagógico dentro da sala de aula, uma vez que o AVE não entra na sala de aula.

Como que eu faço uma intervenção diferenciada, com 35 alunos na sala de aula, quando eu já não tenho uma estrutura corporal que passe em qualquer espaço, com aluno Asperger que sobe em cima da mesa e roda junto com o ventilador, numa sala de quatro-cinco anos, já que todos imitam aquilo que é legal.

Nós temos de conhecer sobre o que estamos falando. Todos aqui conhecem.

Eu tenho uma sugestão, não é uma agressividade. É uma sugestão para que as pessoas conheçam as escolas para poder discutir e se manifestar nas políticas públicas com o que é real, não com o imaginário. (Palmas)

A regressão que a colega supervisora falou, quem estudou sabe que isso acontece. A criança é pura imitação. Então se ela vai para uma sala de bebês, onde ela é a única maior, ela vai imitar o bebê. Essa ausência de conhecimento é que está faltando.

A sugestão que quero dar em relação ao conhecimento do chão da escola é que, realmente, se conheça o chão da escola sem a visita anterior da equipe de cerimonial, que realmente aconteça uma visita. Porque o cerimonial poda a visita, fala com quem, o que eu posso falar e em qual momento. Isso não é uma visita do conhecer.

Nós precisamos conhecer a realidade. Hoje, a inclusão não existe. A gente precisa incluir sem excluir. A gente inclui uma parte e exclui a outra.

Eu não vou me repetir no número menor de alunos em sala de aula. Só que há outra situação em que nos CEIs nós não temos AVEs estagiários, mas existem crianças com laudo e elas precisam de auxílio também. Existem os sem laudo que estão ainda na regra de médico, da

busca dos laudos.

Precisamos também saber identificar as faixas etárias da educação infantil, porque às vezes a pessoa se reporta na educação infantil na EMEI. Só que existe problema, mas no CEI também existe problema. Então a educação infantil como um todo identificando as faixas etárias, conhecendo o que é a faixa etária para cada grupamento, para cada sala.

O que a gente precisa mais hoje é de servidores, porque os nossos servidores estão doentes, muito doentes por conta do acúmulo de trabalho. Vou só nessa parte, porque é a mais importante. O acúmulo de trabalho, as crianças de inclusão com muita agressividade, sem auxílio dentro da sala de aula, levam a vários episódios de acarretamento de doenças e o número excessivo de alunos na sala de aula como um todo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok. Eu pergunto se o Sr. Tássio, da Secretaria Municipal de Educação está presente?

O SR. TÁSSIO JOSÉ DA SILVA - Sim, bom dia. Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Você gostaria de usar a palavra agora ou quer esperar?

O SR. TÁSSIO JOSÉ DA SILVA – Pode ser agora, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, tem a palavra.

O SR. TÁSSIO JOSÉ DA SILVA - Bom dia a todos e todas. Agradeço o convite, acho que é um momento importante para a gente debater aspectos que orientam a organização do trabalho pedagógico da educação infantil. Queria também demonstrar e falar da importância de todos os profissionais e o respeito que tenho por cada profissional da educação desta cidade.

Fui professor de educação infantil da rede, coordenador pedagógico. Neste momento, meu cargo é de supervisor escolar, desde fevereiro assumi a divisão de educação infantil. Já tenho 12 anos de estrada na rede, com muitos desafios, mas também uma rede muito potente.

Vou me deter, mais especialmente, às questões que se referem à organização e todo

processo de implementação dos agrupamentos multietários. eu acho que há um consenso de que existe uma defesa da importância da interação entre crianças de diferentes idades. Isso está posto nos nossos documentos, que vêm sendo publicados nos últimos anos, desde o Currículo Integrador até o Currículo da Cidade.

Cheguei à Secretaria e temos, desde 2021, um conjunto de normatizações que regularam o processo de matrícula das crianças para o ano de 2022. Cheguei em fevereiro, com o desafio de tentar entender quais eram os projetos que estavam em andamento e como a Divisão de Educação Infantil estava encaminhando esses projetos. Aí, temos a questão dos agrupamentos multietários.

Nesse sentido, tenho feito, desde fevereiro, um movimento de escuta e de diálogo com muitas unidades educacionais. Já consegui perpassar por 10 DREs da cidade de São Paulo, com o objetivo de tentar entender e buscar mais elementos para compreender o processo de implementação dos agrupamentos multietários da rede.

Entendo que ainda existem muitas questões que precisam ser ajustadas, mas é preciso destacar que toda a legislação que organizou os agrupamentos multietários para o ano de 2022 foi publicada em 2021 e, para o ano de 2023, nós não temos, ainda, nenhuma previsão, se essa organização se mantém ou não. O que vai dar elementos para podermos coletivamente tomar essa decisão é exatamente esse movimento de escuta que vimos fazendo com a cidade toda.

Temos algumas ações planejadas, de acompanhamento de algumas unidades que optaram, no caso dos CEIs que atendem os minigrupos, pelos agrupamentos multietários. Temos a Formação da Cidade, que, já no mês de abril, solicita que as unidades apresentem uma síntese desse processo de formação e nessa síntese pedimos que as unidades coloquem, de fato, quais são os desafios, quais são as potências, quais são as questões que estão permeando esse processo de implementação.

Nesse sentido, nosso objetivo tem sido colher o maior número de elementos possível para tomar uma decisão mais acertada para o ano de 2023. Então, participar dessa audiência,

escutar diferentes falas a respeito de como isso tem se dado, também, para nós – e para mim, como Diretor da divisão –, é superimportante para podermos entender e pensar em boas estratégias, para a continuidade, para o redimensionamento, para aquilo que pretendemos organizar para o ano de 2023.

Acho que esse é um pouco do panorama. Neste momento, essas turmas estão organizadas. As crianças estão matriculadas. Então, acho que esse processo da Formação da Cidade vai ser importante para podermos ir captando como a unidade de cada região vem fazendo esse processo de implementação, de uma forma acertada e dialógica – é um dos princípios que eu defendo. Não construímos educação pública de qualidade sem dialogar com todo mundo que está implicado pelo cotidiano desses bebês e crianças e um pouco desse processo que vamos vivenciar, com diferentes ações que estão sendo planejadas no ano de 2022, dará a tônica para aquilo que vamos juntos construir para o ano de 2023.

Quero destacar, também, o aspecto que foi dito anteriormente. Nas últimas semanas, tenho feito o movimento de responder a todas as solicitações de todos os Vereadores que têm pedido, por meio de Coped, esclarecimento em relação à implementação dos agrupamentos multietários. Se passou alguma coisa, peço que retorne para nós. Estou aberto para dialogar com quem quer que seja, para podermos continuar pensando e continuar discutindo aquilo que é melhor para a educação dos bebês e das crianças da nossa cidade.

Muito obrigado. Um bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado. Olhem, nós estamos com o seguinte problema, aqui: nós temos de entregar a sala às 13h.

Quero registrar a presença do Vereador Roberto Tripoli, que está *on-line*, do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, que chegou aqui, do Vereador Celso Giannazi e deste Vereador Eliseu Gabriel. Nós temos de falar, também. Cada um vai falar por três ou quatro minutos. Está certo?

Há uma última pessoa inscrita, que foi a pessoa que se inscreveu aqui, porque muitos não vão poder falar, infelizmente. Faltam 20 para falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Onde está o fórum? Não está aqui. Está nesta lista?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sim, mas não está aqui, na minha lista. A pessoa se inscreveu?

A SRA. LUCI GUIDIO – Oi, Vereador Eliseu Gabriel. É Luci. Eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Não vi seu nome, ainda, Sra. Luci. Então, tem três minutos, no máximo, Sra. Luci, porque, senão, vem gente nos pressionar para sair da sala. Tem três minutos.

A SRA. LUCI GUIDIO – Está bom. Vou tentar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Há a Sra. Patrícia, do Sinpeem, também, que se inscreveu. Então, a senhora e a Sra. Patrícia falarão por três minutos, cada uma. Depois, passamos para os Vereadores: Eduardo Matarazzo Suplicy, Celso Giannazi e eu. Está bom? Vamos, lá, Sra. Luci, bem rapidinho, por três minutos, no máximo. Estou controlando, hein? Vamos lá.

A SRA. LUCI GUIDIO – Está bom. Eu quero reforçar os conceitos de interações, de relações e de agrupamento interetário. Acho que temos de discutir isso. As Diretrizes Curriculares Nacionais já garantem esse direito às interações, às relações multietárias, que são nada mais e nada menos que o encontro planejado e qualificado dos agrupamentos em espaços coletivos, como a merenda, as festas, as apresentações e os filmes.

Então, não se justifica implementarmos agrupamentos multietários, acreditando que ali haverá uma interação qualificada. Por quê? Porque temos bebês de 15 dias com bebês de um ano, o que é muito difícil, nessa relação adulto/criança. Assim, precisamos reforçar que se aumente o número de adultos com as crianças. Junto a isso quero falar da qualificação dos

profissionais, que é um direito de bebês e crianças. Não queremos ajudantes, auxiliares. Queremos profissionais qualificados para atender esses bebês e essas crianças. Temos a questão da falta de estrutura das unidades, o que antecede a essa normativa implementada em *Diário Oficial*, sem a formação de educadores, sem a formação do quadro de profissionais da Educação.

Por último, gostaria que os fóruns fossem convidados com o Ministério Público para que possamos explicar. Faço um convite: O Fórum Paulista de Educação Infantil vai realizar um Congresso, juntamente, com o Simpósio Internacional, com o tema: Políticas, Pedagogias e Pesquisas Descolonizadoras. Todos estão convidados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE(Eliseu Gabriel) - Passo a palavra à Sra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA - Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade de estar falando à organização desta audiência pública. Cumprimentando V. Exa., estendo os cumprimentos a todos os presentes, seja na modalidade remota, seja presencial. Só pedi para falar, porque estou me sentindo muito provocada em relação às salas multietárias.

Gostaria de deixar aqui firme o posicionamento do Sinpeem. Somos contra as salas multietárias. Compreendemos que essa interação entre as faixas etárias já é realizada desde sempre pelos profissionais de educação e as propostas educativas em um projeto político pedagógico das unidades precisam ser respeitadas pela Secretaria Municipal de Educação. Ao representante, digo que deveriam seguir os princípios que estão no currículo da cidade, que trata sobre ouvir e a escuta precisa ser ativa. Entra audiência, sai audiência, e nossos representantes, que estão na Administração Pública desta cidade, não têm uma escuta ativa, porque não coloca essa escuta da categoria, do sindicato em ação.

Visitamos escolas, somos da escola e compreendemos o que estamos falando. Essa proposta imposta, uma medida impositiva, de cima para baixo, ela não desrespeita apenas os educadores, ela desrespeita todo o território das escolas, especialmente, as crianças e que tornam as nossas crianças ainda mais vulneráveis dentro de uma escola pública que não tem sido olhada por este governo e por tantos outros que já passaram aqui na Administração.

Se querem dar conta da demanda, construam escolas públicas. É difícil encontrar terreno? Que tenha uma política de estado para conquistar esses terrenos e o próximo governo constrói. Não podemos olhar uma escola e falar: essa escola é do governo “x” ou do governo “y” como uma proposta de governo e para que se use isso em palanque eleitoral. Educação não é brincadeira. Precisamos olhar para a educação, porque estamos vendo qual é o prejuízo que temos quando não temos uma educação de qualidade na nossa sociedade.

Então Ana Carolina, da Defensoria Pública, nós somos contra. Se as escolas organizarem dentro das suas propostas pedagógicas, porque elas conhecem sua realidade, como uma professora que antecipou minha fala disse: precisamos conhecer a realidade. Para conversar de Educação precisa, no mínimo, se dispor a ir às escolas e conversar com os educadores, professores e com os gestores.

Por isso só gostaria de manter o posicionamento do Sinpeem, agradecer a oportunidade e dizer: Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de São Paulo, ouçam seus servidores públicos. Que essa escuta seja ativa e reverbere numa política pública que atenda as necessidades das crianças, dos bebês, dos estudantes e de todos os trabalhadores e trabalhadoras da nossa cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - São muitas pessoas, não vou poder falar, infelizmente, porque vamos encerrar às 13 horas e faltam 12 minutos. O mais importante é que isso tudo será transmitido como resultado numa audiência pública. A Comissão de Educação vai fazer a pressão democraticamente possível. A questão principal é a falta de ouvir, a falta de escuta que está havendo. Acredito ser uma coisa muito séria. Fiquei muito impressionado com essa história da regressão. É possível, é lógico. A gente imita a nossa característica como ser humano.

Então se houver uma possibilidade, uma necessidade, eventualmente, faremos outras audiências. Mas é importante que eles entendam que o negócio está grave.

Passo a palavra ao nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - O Papa Francisco tem recomendado aos Chefes de Estado, aos povos do mundo, colocar em prática aqueles instrumentos de política econômica que possam significar a elevação do grau de justiça para que então possa haver paz dentro de cada país e dentre os países. Se quisermos construir uma sociedade civilizada, justa, precisamos de saber quais aqueles instrumentos de política econômica e social que elevem o grau de justiça. Por exemplo, quando se aboliu a escravidão e elevamos o grau de justiça, mas não tomamos todas as providências para a realização da justiça para valer.

Dentre esses instrumentos, dentre aqueles de maior importância, está justamente a boa qualidade de educação para todas as crianças, todos os meninos e meninas, todos os jovens, se possível também para os adultos, para aqueles que não tiveram boas oportunidades quando eram crianças, a luz dos ensinamentos do nosso querido Professor Paulo Freire.

Eu quero aqui expressar o quão importante é o Secretário Municipal de Educação, é uma pena que S.Exa., Fernando Padula, não pode estar aqui com vocês e conosco porque avalio como dá maior importância que S.Exa. esteja ouvindo aqueles professores, as professoras nas salas de aula, que estão nos contando como seria importante que houvesse uma equipe de pessoas que tenham pelo menos alguma experiência, algum acúmulo de conhecimento sobre como tratar com as crianças, inclusive, em sala de aula, onde há uma diversificação grande de pessoas, de alunos, alunas, algumas com deficiência, outros com alguma limitação muito expressiva.

Então, acho importantíssimo e elogio o Presidente Eliseu Gabriel e Celso Giannazi, a realização dessa reunião muito importante e que possam todas as sugestões serem colocadas e enviadas por nós ao Secretário Fernando Padula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Também vou ser rápido na minha fala, Sr. Presidente, e dizer que, como todos relataram aqui, trouxeram muitos problemas existentes na educação

infantil, portanto, eu peço à assessoria... a supervisora Luciane Cavalcante idealizou o Conselho de Educação Infantil dentro da Câmara Municipal e esse Conselho, através do observatório da educação infantil, também trouxe várias contribuições aqui.

Gostaria de passar uma ou duas para que sejam contemplados também e nós vimos aqui que mais de 25 pessoas inscritas não conseguiram falar. A sugestão da Supervisora Luciane Cavalcante é para repensarmos uma subcomissão da educação infantil, dado os grandes problemas, as grandes dificuldades que temos na rede municipal, é muito importante.

A supervisora da capela, Mara, traz também... todos trouxeram. Algumas falas importantes que nós temos que debater, temos que lutar pela educação infantil.

Por exemplo, foi tratada a EMEI DRE Jaçanã-Tremembé faz o relato, já foi falado, mas é importante frisar, a família do aluno autista fez solicitação de uma terapeuta ocupacional por necessidade e direito e foi barrado pela Secretaria Municipal de Educação com a justificativa de que não havia necessidade, sendo que nem ao menos conheceram pessoalmente a rotina e o aluno. Temos salas lotadas sem auxiliar e sem o auxílio que se faz necessário para a boa qualidade do atendimento desse aluno e conseqüentemente dos outros. Sempre devemos pensar em priorizar os alunos, em primeiro lugar.

São vários relatos, várias DREs fizeram essas reclamações, esses relatos, através do Conselho de Educação Infantil. Por isso é importantíssimo que a gente leve, através da Comissão de Educação, para a Secretaria Municipal de Educação, que se debruce sobre esses problemas.

E, para finalizar, foi falado aqui da grande quantidade, da lotação de sala de aula, muitos alunos com deficiência dentro das salas de aula, com um só educador, sem estagiário, inclusive, temos um projeto tramitando, já passou em primeira votação, Suplicy e Eliseu votaram favoravelmente, é o projeto de redução do número de alunos em sala de aula quando há uma criança com deficiência. Já é lei no estado, através de um projeto do Deputado Carlos Giannazi, mas temos de fazer valer aqui também na rede municipal de ensino e pedir o apoio de todas e todos os Vereadores para que coloquem esse projeto para que vire lei. Que o Prefeito sancione

e vire uma realidade.

Não vai resolver o problema da educação infantil, mas vai ajudar bastante, significativamente, e é extremamente importante todas as falas que foram feitas aqui nessa audiência pública.

Obrigado a todos e todas pela participação e teremos outros encontros para tratar desse importante assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vou fazer o encerramento e queria dizer o seguinte: pelos relatos que foram colocados aqui nós verificamos a seriedade do problema, também verificamos a qualidade dos servidores da Educação do município de São Paulo, não só os líderes, mas a qualidade dos professores, dos gestores, enfim, dos funcionários da educação como um todo, e como é importante a educação para a cidade de São Paulo.

Agora entendemos que vivemos no país um momento muito difícil porque a economia não está centrada no desenvolvimento do país. Existe uma coisa assim, o desenvolvimento é o novo nome da paz, se existem mais possibilidades de trabalho para as pessoas, para os pais das crianças, pois as famílias estão dilaceradas, desmontadas, em função da crise econômica. Então, isso afeta diretamente à educação, à saúde etc.

Temos que entender que, além de lutar pela educação, temos de lutar para transformar esse país, que esse país cresça, se desenvolva, crie oportunidades para os cidadãos. Isso é responsabilidade do estado, do poder público também.

É isso que eu queria dizer para vocês, realmente, mais uma vez, nós fizemos durante dois anos várias audiências públicas e vimos a qualidade dos professores, dos gestores, das pessoas que participam da Secretaria de Educação. Quero agradecer a presença de todos, vamos mandar tudo que foi feito aqui, vamos fazer um resumo disso, tem gente anotando em nome da Comissão de Educação, vamos tomar as providências que forem necessárias. Se for necessário, nós faremos outras audiências. Vamos pressionar para que isso se resolva.

Muito obrigado e parabéns pela participação de vocês todos.